

MUNICÍPIO DE NANTES/SP
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026



ESPELHO DA DISSERTATIVA APLICADAS EM 21/06/2026 PARA O CARGO DE PEB II - EDUCAÇÃO ESPECIAL

PROVA DISSERTATIVA

INSTRUÇÕES

As **dissertativas** não poderão ser assinadas, rubricadas, ou conterem, em outro local que não seja o cabeçalho da folha de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que as identifique, sob pena de serem anuladas. **A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a eliminação do candidato do concurso público.**

O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da **Dissertativa**. O rascunho é de preenchimento facultativo, e não vale para finalidade de avaliação.

O candidato deverá redigir **no mínimo 20 e, no máximo, 30 linhas**, para cada um dos textos. Não será considerado texto escrito fora do local apropriado, que não atingir a quantidade mínima de linhas e/ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida.

QUESTÃO DISCURSIVA 1

Jorge Clemente, Professor de Educação Especial na Escola Estadual "X", possui estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Deficiência Intelectual matriculados nas turmas do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental. Ao iniciar seus trabalhos no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ele percebeu que esses estudantes apresentam alto índice de isolamento nas aulas regulares e notas baixas nas avaliações escritas.

Ao tentar articular suas ações com os professores das disciplinas comuns (regentes), Jorge deparou-se com uma barreira institucional e um conflito: os professores regentes alegam que não possuem formação em inclusão e, por isso, esperam que Jorge fique com os alunos e passe todo o tempo com eles na Sala de Recursos, ou que atue como um auxiliar de sala, fazendo a cópia do caderno e controlando o comportamento deles; além disso, eles não compartilham os planejamentos das disciplinas com antecedência e afirmam que a responsabilidade de adaptar conteúdos, provas e atividades pedagógicas é exclusivamente de Jorge, por ser o especialista.

Diante desse cenário, elabore um texto dissertativo-argumentativo detalhando as ações que Jorge Clemente, como Professor de Educação Especial, deve adotar para solucionar esse conflito, baseando-se nos seguintes tópicos:

1. A inclusão não pode ficar restrita à Sala de Recursos;
2. A real função do seu cargo (AEE) em relação à sala comum;
3. Proposta de ação concreta para conseguir acessar o planejamento dos professores regentes e estabelecer uma rotina de diálogo, mesmo diante da queixa deles sobre "falta de tempo";
4. Sugestão de duas ações pedagógicas específicas que Jorge pode propor para desenvolver, em conjunto com os professores regentes, focando diretamente na melhoria do aprendizado e da avaliação desses alunos dentro da sala de aula regular.

Resposta esperada:

O papel do Professor de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar vai muito além do atendimento individualizado na Sala de Recursos; ele atua como um agente mobilizador e articulador do ensino colaborativo. Diante da resistência e da falta de articulação encontradas na Escola "X", o especialista não deve adotar uma postura de isolamento ou conformismo, mas sim liderar um processo de aproximação fundamentado na correspondência e na quebra de barreiras pedagógicas.

Em resposta ao primeiro ponto, o candidato deve demonstrar que a atuação do professor Jorge Clemente se pauta no Atendimento Educacional Especializado (AEE), cuja função é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos na sala comum. O Professor de Educação Especial deve esclarecer ao corpo docente, de forma diplomática e técnica, que os estudantes público-alvo da inclusão pertencem à classe regular. Portanto, isolá-los na Sala de Recursos ou transformar o especialista em um mero tutor comportamental desvirtua a legislação e impede o acesso ao currículo base. A

MUNICÍPIO DE NANTES/SP
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026



responsabilidade é compartilhada: cabe ao regente o domínio do conteúdo curricular e ao especialista o suporte metodológico e de acessibilidade, operando em um modelo de bi-docência e parceria.

Para romper a barreira do planejamento e aproximar-se dos professores regentes, o Professor de Educação Especial deve propor uma estratégia proativa de comunicação e acolhimento. Sabendo das queixas sobre a escassez de tempo, o especialista deve se articular com a coordenação pedagógica para otimizar os horários já existentes de trabalho coletivo (ATPC/Hora-Atividade). Uma ação eficaz é a criação de um "Guia de Planejamento Flexível" digital ou físico compartilhado, em que o professor regente insere apenas os tópicos centrais das próximas semanas e o especialista, antecipadamente, já devolve sugestões de adaptações, antecipação de vocabulário ou recursos visuais. Essa postura proativa desarma a resistência, pois mostra ao professor comum que o especialista está ali para aliviar sua sobrecarga, e não para criar mais trabalho.

Por fim, a consolidação dessa articulação deve se materializar em duas práticas colaborativas fundamentais na rotina da escola. A primeira é a elaboração conjunta do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) de cada estudante. O Professor de Educação Especial liderará o mapeamento das habilidades e necessidades do aluno, mas construirá as metas pedagógicas a quatro mãos com os regentes, garantindo que o plano dialogue com as disciplinas práticas. A segunda ação é o co-planejamento de avaliações acessíveis. O especialista proporá aos professores a diversificação dos instrumentos avaliativos dentro da sala regular, substituindo ou complementando as provas escritas tradicionais por avaliações orais, uso de múltiplos meios de expressão (como portfólios e recursos visuais) e feedbacks processuais. Ao assumir esse protagonismo colaborativo, o Professor de Educação Especial transforma a cultura da escola, provando na prática que a inclusão é um ganho coletivo para a qualidade do ensino.

Fonte: Ropoli, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010

QUESTÃO DISCURSIVA 2

2. Na Escola "W", Joana Cardoso é professora de Educação Especial. Entre seus alunos está Lucas, um estudante com deficiência intelectual.

Ao conversar com a professora Célia, da classe comum, Joana se deu conta de que o planejamento da unidade didática sobre "Meio Ambiente e Sustentabilidade" fazia uma adaptação curricular para Lucas, o que consistia em entregar a ele folhas com desenhos para colorir e palavras simples para copiar, enquanto o restante da turma debatia sobre o lixo orgânico, criava gráficos de consumo e propunha soluções para o bairro. Na conversa, a professora Célia disse que a gestão da escola orientou que seu planejamento fosse feito dessa forma, com adaptação curricular para os alunos deficientes.

Incomodada por perceber que Lucas estava isolado da dinâmica real da turma — embora estivesse fisicamente presente —, Joana refletiu sobre a estrutura da aula.

Sendo assim, elabore um texto dissertativo-argumentativo que considere:

1. A sugestão inicial dada pela professora Célia e pela gestão (de entregar atividades simplificadas de cópia e pintura para Lucas). Discorra se essa prática atende à perspectiva da escola comum inclusiva, justificando sua resposta;
2. Como deve ser concebido o currículo e a organização dos saberes na sala de aula comum para que ela seja, de fato, inclusiva;
3. Como deve ocorrer a articulação entre a professora da sala comum e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para garantir o progresso de Lucas sem recorrer à exclusão interna.

Resposta esperada:

O candidato deve identificar que a prática descrita é excludente e baseada em um paradigma tradicional de normalização. A sugestão dada por Célia e pela gestão da escola **não** atende à perspectiva inclusiva. Entregar atividades puramente mecânicas, simplificadas ou desconectadas do tema central da turma caracteriza uma "exclusão interna" e reforça a lógica de um currículo paralelo.

MUNICÍPIO DE NANTES/SP
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026



O conhecimento deve se construir sem submissão a um perfil idealizado de aluno. Práticas de mera facilitação ou de subestimar a capacidade do estudante geram a marginalização do aluno no processo escolar, privando-o do direito à aprendizagem real junto aos seus pares.

O candidato deve explicar a mudança na lógica do processo de escolarização e o estatuto dos saberes. O currículo na escola comum inclusiva deixa de ser uma lista rígida de conteúdos homogêneos e passa a ser contextualizado, dinâmico e globalizador.

As propostas curriculares devem partir das experiências e realidades dos estudantes, reconhecendo a multiplicidade de formas de aprender. Em vez de exigir que Lucas se molde a um currículo estático (gerando fracasso), a organização do ensino formal é que muda: diversificam-se as estratégias pedagógicas, as linguagens e as formas de avaliação para que todos tenham acesso ao mesmo eixo temático a partir de suas próprias aptidões e capacidades.

Por fim, o candidato deve delinear com precisão as funções da sala comum e do AEE, destacando o trabalho cooperativo. A articulação não deve ocorrer por meio de reforço escolar ou serviços justapostos paralelos. Ela ocorre na elaboração conjunta de planos de trabalho e no compartilhamento de estratégias de acessibilidade.

Cabe à professora Célia o ensino dos conteúdos curriculares da base comum para toda a turma (incluindo Lucas). Cabe ao professor do AEE, Joana, identificar, produzir e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade (como comunicação alternativa, recursos táteis, mediações específicas) que eliminem as barreiras para que Lucas participe ativamente da *mesma* aula de sustentabilidade. O plano da Educação Especial deve apoiar a autonomia e a trajetória acadêmica do aluno na sala regular, e não substituí-la.

Fonte: Ropoli, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010

Nantes/SP, 14 de julho de 2026.

Marllon Jaffer Albano de Oliveira
Prefeito do Município de Nantes/SP